



PROGRAMA DE INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO PRIMEIRA CHANCE: DADOS E IMPACTO NA PARAÍBA

Rayssa Ferreira Alencar 1
Mayra Paula Correia da Silva 2
José Jerônimo Sousa Nascimento 3
Ludmila Martins de Araújo 4

RESUMO

O Estado da Paraíba inova ao expandir o ensino técnico com o objetivo de tornar o ensino secundário mais atraente para os jovens, além de criar oportunidades para inserção profissional e acompanhamento vocacional em diferentes áreas de conhecimento. Nesse contexto, a maioria dos jovens que alimentam a estatística de evasão escolar encontram no final deste trajeto o desemprego ou a alocação em trabalhos de baixa qualidade, com oportunidades socioeconômicas limitadas, dada a falta de habilidade e experiência. Para superar os desafios da transição escola-trabalho, a educação técnica é uma alternativa que associa o desenvolvimento de habilidades de trabalho à formação educacional. A expectativa do Programa Primeira Chance acompanha os dados da OCDE (2021), apontando que o ensino técnico ajuda a engajar e a manter os alunos na escola, melhorando o desempenho escolar, a produtividade e, conseqüentemente, seus resultados futuros no mercado de trabalho, através de processo seletivo, mentoria e acompanhamento durante os seis meses de estágio remunerado. De 2019 até hoje o Primeira Chance já beneficiou aproximadamente 1300 estudantes, contribuindo para movimentar a economia partindo de uma perspectiva micro (familiar) à macro (municipais e estadual), além de facilitar o processo de inserção destes jovens no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Estágios, Educação Profissional, Resultados, Mercado de Trabalho.

INTRODUÇÃO

Ainda em 2015, a Paraíba criou o programa Escolas Cidadãs Integradas Técnicas (ECITs). Desde então, o número de ECITs cresceu excepcionalmente, passando de 3 escolas em 2016 para 152 em 2022. Nas ECITs, os estudantes realizam o curso técnico integrado ao ensino médio, participando de projetos que desenvolvem suas competências e habilidades. Os cursos técnicos variam de acordo com as ECITs e municípios onde estão localizadas, abrangendo possibilidades nos mais diversos setores (indústria, serviços, comércio e agricultura) e competências. Nesse contexto, o

Programa Primeira Chance (PPC), criado pela Lei Estadual 11.344 de 05 de junho de 2019, tem como objetivo fornecer uma primeira experiência profissional para jovens do Estado da Paraíba. Inicialmente voltado para alunos matriculados na terceira série das escolas cidadãs integrais técnicas e escolas profissionalizantes, foi posteriormente estendido para alunos egressos do ensino médio e, depois, para os alunos do ensino médio regular e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Através de chamadas públicas, empresas e instituições públicas são selecionadas e cadastradas para receber os alunos como estagiários. O programa conta com equipe que participa ativamente, em conjunto com as empresas e instituições públicas, da seleção e do acompanhamento das atividades dos alunos e egressos nos estágios. Além das bolsas para os estagiários, que variam de acordo com a modalidade, o PPC tem como diferenciais a mentoria e a orientação dos contemplados.

Outra preocupação é de que os jovens podem permanecer em empregos temporários, de baixa produtividade e com taxas altas de rotatividade, como destacado por Corseuil et al. (2019). Estes autores evidenciam que os programas focados em treinamento precisam quebrar o ciclo vicioso de jovens sem emprego porque não têm experiência prévia, problema que é agravado pela falta de capital social, quando os jovens não conseguem contactar potenciais empregadores.

Estudo da OECD (2021) aponta que, apesar dos avanços, menos da metade (46%) dos jovens adultos havia concluído o ensino médio em 2018 no Brasil, e que apenas 11% dos alunos brasileiros no nível médio estão matriculados em programas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Tais números são bem inferiores às médias dos países da OCDE, nos quais 80% concluem o ensino médio e 40% dos matriculados no nível médio estão na EPT. Em paralelo, Rosa (2021) destaca que as taxas de desemprego para jovens brasileiros com idade entre 18 e 24 são elevadas e variaram de 14,7% a 26%, entre 2012 e 2019. Para a mesma faixa etária e anos, os percentuais de jovens brasileiros que não trabalham nem estudam estavam entre 25,6% e 31,6%. A expectativa do Programa Primeira Chance é consoante à expressa pela OECD (2021), de que o ensino técnico ajude a engajar e manter os alunos na escola, melhorando seu desempenho escolar, sua produtividade e, consequentemente, seus resultados futuros no mercado de trabalho.

METODOLOGIA

Considerando a inexistência de uma sistematização teórica inicial e bem definida da avaliação de desenho, as oficinas contribuíram para a construção da Árvore do Problema, da Árvore de Objetivo e da elaboração de um Modelo Lógico para o do Programa Primeira Chance. Contando com a participação dos principais atores envolvidos no Programa (coordenadores, supervisores, tutores, estagiários e o setor produtivo), as discussões foram necessárias para balizar o entendimento geral dos insumos, ações e produtos gerados pelo PPC, além dos resultados esperados a longo prazo.

A avaliação de desenho consiste na identificação e caracterização do problema no qual uma política pública ou um programa social deseja intervir. Neste sentido, torna-se necessário o estabelecimento de objetivos claros e concretos para a tomada de decisões efetivas. A identificação do problema busca delimitar qual fator negativo se procura mitigar ou resolver com a intervenção da política proposta, além de suscitar possíveis soluções.

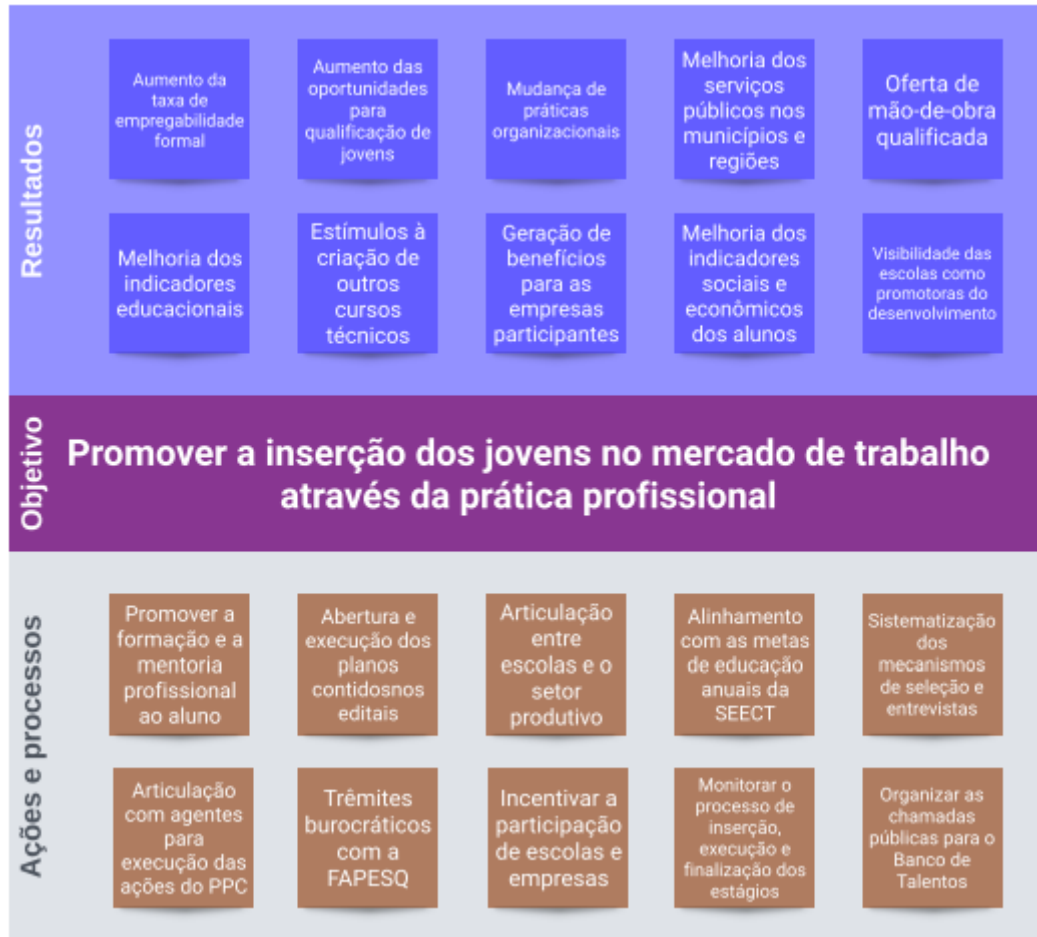
Com o intuito de promover a convergência no entendimento dos atores do Programa Primeira Chance, foi proposta a construção através do debate da Árvore do Problema, cujo objetivo é fornecer uma visão completa da situação desfavorável existente. A árvore possui três elementos básicos: o problema central (o tronco), as causas (as raízes) e as suas consequências (os galhos).

Figura 1. Árvore do problema do Programa Primeira Chance.



Conforme descrito, o problema central apontado para justificar a implementação do Programa Primeira Chance é a baixa inserção de jovens no mercado de trabalho formal. As causas do problema apontadas foram justamente o número reduzido de oportunidades de inserção no mercado de trabalho, aliado à falta de experiência profissional dos alunos. Além disso, fatores específicos das escolas e das condições socioeconômicas dos alunos podem gerar entraves à sua colocação no mercado de trabalho. Quanto às principais consequências que o problema desencadeia, destacam-se a baixa formação de mão-de-obra qualificada e a falta de motivação e de perspectivas profissionais. Nesse sentido, gera-se uma situação cíclica negativa que pode culminar na perpetuação do baixo nível de desenvolvimento local e regional.

Figura 2. Árvore de objetivo do Programa Primeira Chance.



Uma vez identificado o problema que se deseja mitigar, a próxima etapa consiste em definir o objetivo que o Programa Primeira Chance deseja alcançar. Combinados com as ações necessárias para se chegar a tal objetivo e os resultados esperados para o público-alvo, obtemos a chamada Árvore de Objetivos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Uma breve revisão da literatura com o intuito de evidenciar análises de programas de treinamento que foram avaliados no Brasil e em outros países. A ideia é mostrar os impactos que diferentes programas apresentaram em contextos específicos, comparando-os e projetando-os a possíveis impactos do Programa Primeira Chance.

Dentre os estudos internacionais, destaca-se Attanasio et al. (2009), que avaliaram os efeitos de um programa de treinamento de curta duração com foco em jovens



desempregados da Colômbia. Entre os impactos encontrados, observou-se que após um ano da participação no programa as mulheres tinham, em média, 7% a mais de chances de serem empregadas e salários 20% maiores quando comparadas com as mulheres que não foram selecionadas para participar. Para os homens, no entanto, as diferenças não foram significativas. Análise subsequente dos mesmos autores mostrou que os efeitos persistem 10 anos depois do treinamento, incluindo maiores salários e aumento na probabilidade de trabalhar no setor formal. Este fato levanta a possibilidade de efeitos de longo prazo para programas semelhantes e a perspectiva de se medir e acompanhar os efeitos de médio e longo prazos do Primeira Chance. Para isso, pode-se acompanhar os dados ao longo do tempo dos egressos do ensino médio no mercado de trabalho, constantes na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Em síntese, a literatura internacional tem mostrado efeitos positivos, sobretudo em países em desenvolvimento, sobre emprego e salário da participação de jovens em programas de treinamento, os quais permitem aos jovens ganhar experiência e aprendizado prático, aumentando a produtividade e sinalizando seu potencial ao mercado.

Um trabalho bastante difundido na literatura nacional é o de Corseuil et al. (2019), que avaliou o Programa Brasileiro de Jovem Aprendiz. Adotado em larga escala desde 2000, o programa proporciona o treinamento de jovens para ajudar na transição entre escola e trabalho através de subsídios para as firmas, as quais admitem os jovens sob contratos especiais e temporários de até 2 anos. O programa requer treinamento realizado por instituições certificadas cujas cargas horárias variam entre 400 e 480 horas, a depender da ocupação. Na primeira fase do programa, o público-alvo eram jovens entre 14 a 17 anos. Na segunda fase, a partir de 2005, o programa foi ampliado para jovens entre 14 a 23 anos. A partir da utilização dos dados da RAIS, os principais resultados do trabalho mostraram que o programa aumentou a probabilidade de se conseguir um emprego permanente e reduziu a rotatividade do emprego, com um maior efeito para empregados em grandes empresas e em ocupações consideradas de alta habilidade.

Rosa (2021) analisou o impacto do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) na empregabilidade e nos salários dos participantes, a partir da associação da base de dados do programa com os dados da RAIS, para o período de 2010 a 2019. Foram encontrados efeitos positivos sobre o desemprego e salários no curto prazo (seis meses após o término do programa). Ademais, os efeitos foram heterogêneos, sendo menores para as mulheres em relação aos homens.

A nível estadual, Aires (2020) investigou os efeitos de um programa governamental aplicado em larga escala na Bahia, onde mais de 60 mil candidatos foram selecionados aleatoriamente às quase 8 mil vagas do programa em todo o Estado, no ano de 2011. O programa tinha duração de dois anos, oferecia 44 cursos em diversas áreas, e era destinado a jovens com ensino médio completo de escolas públicas sem acesso a uma qualificação profissional. Com a vantagem do sorteio das vagas e da utilização de dados da RAIS abrangendo o período anterior e posterior ao programa (de 2003 a 2017), o estudo permitiu a comparação de grupos de controle e tratamento (que participaram do programa) muito semelhantes. Seus resultados mostraram que o programa não levou a uma maior probabilidade de emprego formal, nem a maiores salários ao final do curso. Entretanto, detectou-se um efeito positivo sobre a chance de trabalhar numa ocupação de alta habilidade e de trabalhar numa ocupação semelhante a do curso ofertado.

A revisão da literatura evidenciou que é importante analisar o Programa Primeira Chance considerando seus diferentes componentes, de acordo com os contemplados com o programa: estudantes do ensino médio técnico integrado, estudantes do ensino regular e EJA, e egressos do ensino médio. Nota-se que, dependendo do público alvo, o PPC tem um desenho, implementação e parceiros para os estágios (empresas ou instituições públicas) diferentes

RESULTADOS E DISCUSSÃO

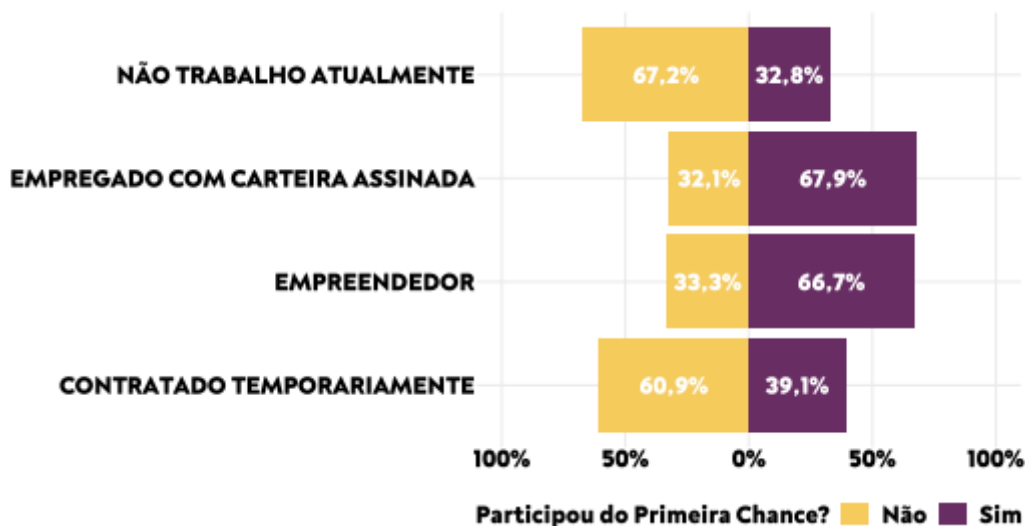
Comparando participantes do Programa com alunos cadastrados no Banco de Talentos, mas que não participaram do Primeira Chance, é possível analisar correlações da participação no programa com variáveis de resultado do mercado de trabalho, de inserção no ensino superior e até com indicadores socioemocionais.

Os respondentes foram questionados sobre seu status atual no mercado de trabalho, tendo como alternativas mutuamente excludentes: Não trabalha atualmente, empregado com carteira assinada, empreendedor, contratado temporariamente. No geral, cerca de 70% da amostra indicou não trabalhar atualmente. Destaca-se, contudo, que 50% dos respondentes informaram estar cursando o ensino superior.

A figura 3 retrata o status no mercado de trabalho de participantes e não participantes do PPC. Dentre os que não trabalham atualmente e os com contratos de trabalho temporários, quase dois terços são de egressos do ensino técnico que não participaram do Programa

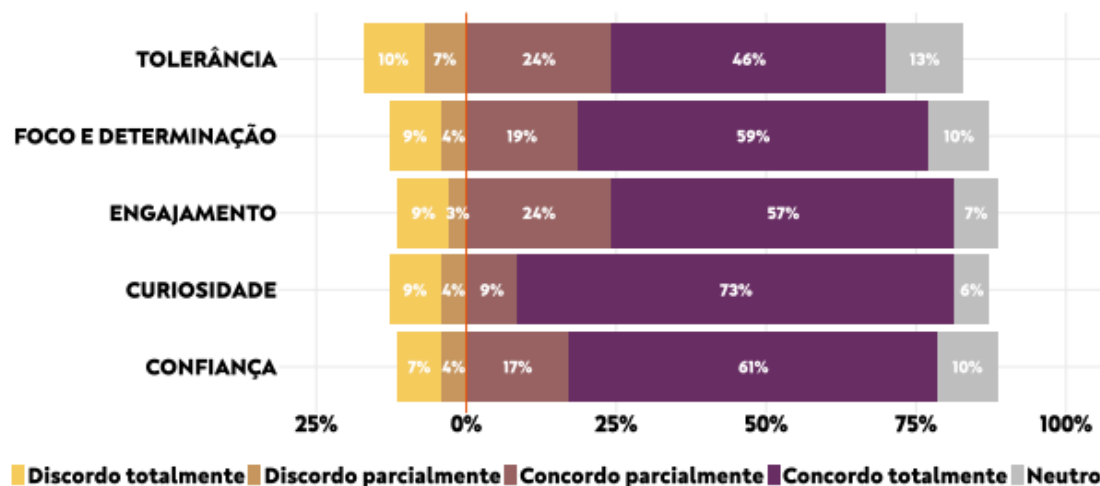
Primeira Chance. Por outro lado, entre os empregados com carteira assinada e empreendedores individuais, a situação se inverte, com dois terços de participantes do PPC.

Figura 3. Situação no Mercado de Trabalho dos Alunos Egressos do Ensino Médio Técnico.



É possível observar na figura 4 que a grande maioria dos ex-participantes do PPC responderam que o estágio contribuiu para o aumento das suas habilidades socioemocionais, com mais de 70% no quesito curiosidade. Isso evidencia que além de variáveis diretas relacionadas ao mercado de trabalho e escolaridade, investimentos em programas desse tipo potencializam uma gama maior de habilidades individuais, ao colocar o aluno em contato com uma realidade que, até então, era desconhecida da sua vivência.

Figura 4. Habilidades socioemocionais.



Fonte: Elaborado a partir do questionário com alunos do ensino técnico.

Essas habilidades compreendem características psicológicas ou comportamentais que melhoram a capacidade individual de se relacionar bem com os outros e de trabalhar em grupo. Vários trabalhos apontaram para o papel da educação no desenvolvimento das habilidades socioemocionais em conjunto com as habilidades tradicionais (cognitivas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados apontam para um efeito positivo do Programa Primeira Chance. A nível de escolas, constatou-se que as escolas técnicas beneficiadas pelo programa conseguem aumentar a taxa de aprovação dos alunos matriculados no ensino médio, além de reduzir as taxas de reprovação em comparação às escolas que ainda não possuem o programa.

Em relação aos alunos do ensino médio técnico, constatou-se que os que participaram do Primeira Chance possuem maiores chances de acessar o mercado de trabalho formal comparativamente aos que não participaram do programa.

Ainda, possuem maiores chances de acessar o ensino superior em universidades públicas quando comparados aos que não participaram. De forma geral, os resultados trazem evidências positivas quanto ao objetivo do programa em promover uma formação mais direcionada e alinhada ao mercado de trabalho.

Dessa forma, criam-se maiores possibilidades de inserção de alunos que possam desenvolver habilidades voltadas às demandas locais e regionais. Em outras palavras, o Programa Primeira Chance possibilita o desenvolvimento e realização pessoal dos alunos e, de forma indireta, contribui para o desenvolvimento do estado da Paraíba.

REFERÊNCIAS

OECD. (2021). Education in Brazil: An international perspective. OECD Publishing.

Attanasio, O., Kugler, A. D. & Meghir, C. (2009). Subsidizing vocational training for disadvantaged youth in developing countries: evidence from a randomized trial.

Corseuil, C. H., Foguel, M. N. & Gonzaga, G. (2019). Apprenticeship as a stepping stone to better jobs: Evidence from Brazilian matched employer-employee data. Labour Economics, 57, 177–194.



Rosa, T. M. (2021). Three essays about Brazilian public policies: broadband internet and political outcomes; effects of Pronatec; and returns to technical education.

Aires, L. K. (2020). Vocational Training and Labor Market Outcomes: Evidence from a randomized program in Brazil (tese de dout.). PUC-Rio.